



Agosto/2014

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A Bacharel em Ciências Atuariais

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# P R O V A

## Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- O uso de calculadora financeira não alfanumérica será permitido.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta nem o empréstimo de calculadora.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**PROVA OBJETIVA****Conhecimentos Específicos**

- 
1. Dois capitais, cuja soma é igual a R\$ 6.300,00, foram aplicados por 5 meses a juro simples, o primeiro à taxa de 5% ao mês e o segundo à taxa de 6% ao mês. Ao final do prazo, a soma de seus montantes era igual a R\$ 8.000,00. O menor desses capitais é
- (A) R\$ 2.350,00  
(B) R\$ 2.180,00  
(C) R\$ 2.500,00  
(D) R\$ 3.800,00  
(E) R\$ 3.100,00
- 
2. Dois títulos de mesmo valor nominal foram descontados 3 meses antes de seus respectivos vencimentos, a uma taxa de desconto de 12% ao semestre. Os descontos utilizados foram o racional simples para o primeiro deles e o comercial simples para o segundo. Se a soma dos dois descontos foi igual a R\$ 123,60, então, o valor atual do primeiro título era
- (A) R\$ 1.122,40  
(B) R\$ 1.000,00  
(C) R\$ 1.120,00  
(D) R\$ 1.100,00  
(E) R\$ 996,40
- 
3. Uma pessoa tem R\$ 5.000,00 para investir por 2 meses e deseja aplicá-los a juros compostos. Tem uma primeira opção de aplicar todo o capital à taxa de 5% ao mês e uma segunda opção de aplicar a metade do valor à taxa de 4% ao mês e a outra metade à taxa de 6% ao mês. Analisando os montantes obtidos nos dois casos, verifica-se que o montante da
- (A) primeira opção ultrapassa o da segunda em R\$ 5,00.  
(B) primeira opção ultrapassa o da segunda em R\$ 2,50.  
(C) primeira opção ultrapassa o da segunda em R\$ 0,50.  
(D) segunda opção ultrapassa o da primeira em R\$ 5,00.  
(E) segunda opção ultrapassa o da primeira em R\$ 0,50.
- 
4. O capital X foi aplicado por 1 trimestre a juro simples, sendo  $\frac{3}{5}$  dele à taxa de 3% ao mês e o restante à taxa de 4% ao mês. O capital Y foi aplicado por 1 bimestre a juros compostos, sendo metade dele à taxa de 3% ao mês e a outra metade à taxa de 4% ao mês. O montante final das duas aplicações foi de R\$ 1.310,10. Se X é igual ao dobro de Y, então, é verdade que
- (A)  $X = \text{R\$ } 800,00$   
(B)  $X = \text{R\$ } 780,00$   
(C)  $Y = \text{R\$ } 500,00$   
(D)  $Y = \text{R\$ } 350,00$   
(E)  $X - Y = \text{R\$ } 600,00$
- 
5. Um título foi descontado 2 meses antes do vencimento, a uma taxa de 4% ao mês. Se o desconto utilizado foi o desconto composto racional e o valor do desconto foi de R\$ 40,80, então, o valor nominal desse título era
- (A) R\$ 550,00  
(B) R\$ 525,80  
(C) R\$ 534,20  
(D) R\$ 540,80  
(E) R\$ 520,00
-



6. Uma pessoa deve a um credor três parcelas de R\$ 1.000,00 cada, vencíveis daqui a 2 meses, 3 meses e 4 meses. Propõe hoje ao credor substituí-las por um único pagamento, a ser feito daqui a 4 meses. Se nos cálculos forem utilizados juros compostos, à taxa de 3% ao mês, o valor desse pagamento deverá ser de
- (A) R\$ 3.090,90  
(B) R\$ 3.080,30  
(C) R\$ 3.030,00  
(D) R\$ 3.040,20  
(E) R\$ 3.060,00
- 
7. Uma pessoa tomou R\$ 5.000,00 emprestados, combinando devolvê-los ao final de 5 meses, acrescidos de seus juros compostos, à taxa de 3% ao mês. Ao completar 3 meses da data do empréstimo, propõe ao credor substituir a dívida por dois pagamentos iguais, de X reais cada, um a ser feito imediatamente e o outro daí a 3 meses. Se na nova negociação for utilizada a mesma taxa que na negociação anterior, o valor de X será igual ao produto de 5.000 por
- (A)  $\frac{(1,03)^5}{1 + (1,03)^3}$   
(B)  $\frac{(1,03)^6}{1 + (1,03)^3}$   
(C)  $1 + (1,03)^3$   
(D)  $\frac{1 + (1,03)^3}{(1,03)^6}$   
(E)  $\frac{(1,03)^6}{(2,03)^3}$

**Instruções:** Para responder às questões de números 8 a 10, considere a tabela abaixo, que fornece, para uma taxa de 3% ao período, os valores de  $a_n$  e  $s_n$ , sendo  $a_n = \frac{(1+i)^n - 1}{i(1+i)^n}$  o fator de valor atual de uma série uniforme de pagamentos e  $s_n = \frac{(1+i)^n - 1}{i}$  o fator de acumulação de capital de uma série uniforme de pagamentos.

n	$a_n$	$s_n$
1	0,97	1
2	1,91	2,03
3	2,83	3,09
4	3,72	4,18
5	4,58	5,31
6	5,42	6,47
7	6,23	7,66
8	7,02	8,89
9	7,79	10,16
10	8,53	11,46

8. Desejando comprar um aparelho, uma pessoa pesquisou as condições de pagamento em duas lojas e encontrou o seguinte resultado:
- Loja A: R\$ 400,00 de entrada e 10 prestações mensais iguais e consecutivas no valor de R\$ 200,00 cada, a primeira delas a vencer 30 dias após a compra.
- Loja B: R\$ 200,00 de entrada e 7 prestações mensais iguais e consecutivas no valor de R\$ 300,00 cada, a primeira delas a vencer 30 dias após a compra.
- Fazendo o pagamento à vista e utilizando taxa de juros compostos de 3% ao mês, essa pessoa deve economizar
- (A) R\$ 37,00 se fizer a compra na loja A.  
(B) R\$ 163,00 se fizer a compra na loja A.  
(C) R\$ 194,00 se fizer a compra na loja A.  
(D) R\$ 37,00 se fizer a compra na loja B.  
(E) R\$ 163,00 se fizer a compra na loja B.



9. Um aparelho eletrodoméstico, cujo preço à vista é R\$ 813,00, é vendido a prazo com 20% de entrada e o restante em 6 parcelas mensais iguais consecutivas, a primeira delas após 30 dias da data da compra, com juros compostos à taxa de 3% ao mês. O valor de cada uma das prestações é
- (A) R\$ 118,00  
(B) R\$ 116,00  
(C) R\$ 114,00  
(D) R\$ 112,00  
(E) R\$ 120,00
10. Uma pessoa deseja constituir um fundo de reserva de forma a possuir R\$ 9.956,80 ao efetuar o oitavo depósito mensal em um investimento que paga juros compostos de 3% ao mês. Se todos os depósitos são de mesmo valor, cada um deles deve ser de
- (A) R\$ 1.110,00  
(B) R\$ 1.050,00  
(C) R\$ 1.120,00  
(D) R\$ 1.140,00  
(E) R\$ 1.130,00
11. O quadro abaixo apresenta o plano de amortização, pelo Sistema Francês, de uma dívida de R\$ 4.076,20, a ser paga em 5 prestações mensais consecutivas, a primeira delas ao completar um mês da data do empréstimo, com taxa de 3% ao mês.

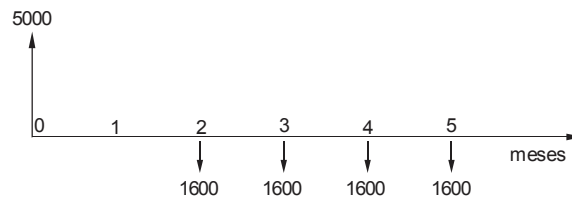
Data	Valor da prestação	Valor da cota de juro	Valor da cota de amortização	Saldo devedor
0				R\$ 4.076,20
1	R\$ 890,00	R\$ 122,29	R\$ 767,71	W
2	R\$ 890,00	R\$ 99,25	X	R\$ 2.517,74
3	R\$ 890,00	Y	Z	R\$ 1.703,27
4	R\$ 890,00	R\$ 51,10	R\$ 838,90	R\$ 864,37
5	R\$ 890,00	R\$ 25,93	R\$ 864,07	R\$ 0,30

O saldo devedor não foi zerado na tabela porque os cálculos foram realizados com valores aproximados, utilizando somente duas casas decimais. Neste caso, é verdade que

- (A)  $W = \text{R\$ } 3.186,20$   
(B)  $W = \text{R\$ } 3.308,49$   
(C)  $X = \text{R\$ } 775,90$   
(D)  $X = \text{R\$ } 989,25$   
(E)  $Y = \text{R\$ } 73,55$
12. Uma dívida no valor de R\$ 3.000,00 foi amortizada pelo Sistema de Amortização Constante – SAC, com taxa de 5% ao mês, em 6 parcelas mensais consecutivas, a primeira delas vencendo ao completar um mês da data do empréstimo. O valor da última prestação foi
- (A) R\$ 515,00  
(B) R\$ 510,00  
(C) R\$ 525,00  
(D) R\$ 550,00  
(E) R\$ 530,00



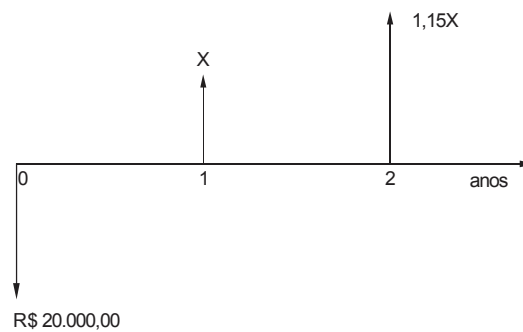
13. Considere o fluxo de caixa abaixo.



Ele pode representar

- (A) do ponto de vista de um devedor, um empréstimo de R\$ 5.000,00 pago em 4 parcelas mensais de R\$ 1.600,00 cada, a primeira delas vencendo ao completar 60 dias da data do contrato.
- (B) do ponto de vista de uma financeira, um empréstimo de R\$ 5.000,00 pago em 4 parcelas semestrais de R\$ 1.600,00 cada, a primeira vencendo um mês após a data do contrato.
- (C) para uma empresa, a compra de um equipamento com entrada de R\$ 5.000,00 e mais 4 parcelas mensais de R\$ 1.600,00 cada, a primeira delas vencendo 60 dias após a data da compra.
- (D) para uma empresa, a compra de uma máquina por R\$ 5.000,00, prevendo um lucro de R\$ 1.600,00 mensais nos próximos 4 meses.
- (E) para uma loja, a venda de uma máquina cujo valor à vista era R\$ 5.000,00 e foi paga em 4 parcelas mensais de R\$ 1.600,00 cada, a primeira delas ao completar 30 dias da compra.

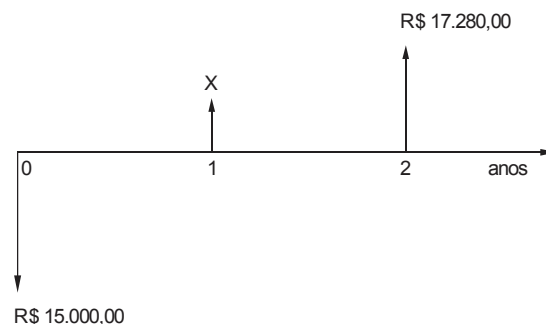
14. Considere o fluxo de caixa abaixo.



Se a taxa interna de retorno desse fluxo é igual a 15% ao ano, então o valor de X é

- (A) R\$ 11.600,00
- (B) R\$ 11.700,00
- (C) R\$ 11.800,00
- (D) R\$ 12.000,00
- (E) R\$ 11.500,00

15. Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- (A) R\$ 14.600,00
- (B) R\$ 15.000,00
- (C) R\$ 14.800,00
- (D) R\$ 14.400,00
- (E) R\$ 14.200,00



Instruções: Para responder às questões de números 16 e 17, considere as informações a seguir:

Um estudo, realizado em determinado órgão público, teve como objetivo estudar a correlação entre duas variáveis: X representando os salários dos funcionários do órgão e Y representando a categoria funcional dos funcionários do órgão. Para X foram consideradas 3 faixas salariais a saber: A, B e C, respectivamente, dos funcionários que ganham mais do que 10 salários mínimos (SM), entre 10 SM (inclusive) e 5 SM (inclusive) e menos do que 5 SM. Para Y foram consideradas duas categorias: TNM e TNS, respectivamente, técnicos de nível médio e técnicos de nível superior. Os resultados do estudo foram:

- I. 20%, 50% e 30%, respectivamente, dos funcionários pertenciam às faixas salariais A, B e C.
  - II. 40% e 60%, respectivamente, pertenciam às categorias TNM e TNS.
  - III. 80% dos funcionários da faixa salarial A eram TNS e 60% dos funcionários da faixa salarial C eram TNM.
16. Cinco funcionários serão selecionados ao acaso e com reposição dentre todos os funcionários do órgão, a probabilidade de três pertencerem à faixa salarial B, um pertencer à faixa A e um pertencer à faixa salarial C é igual a
- (A) 15%
  - (B) 16%
  - (C) 25%
  - (D) 12%
  - (E) 7,5%
- 
17. Um funcionário é selecionado ao acaso dentre todos os funcionários do órgão. A probabilidade de ele ser TNM ou pertencer à faixa salarial B é igual a
- (A) 64%
  - (B) 68%
  - (C) 90%
  - (D) 72%
  - (E) 45%
- 
18. Sabe-se que X é uma variável aleatória com distribuição uniforme contínua no intervalo  $[a, b]$ , onde a e b são números reais tais que  $a < b$ , tem média 5 e é tal que  $P(X < 3) = 1/6$ . Nessas condições, o valor K tal que  $P(X < k) = 0,6$  é dado por
- (A) 6,4
  - (B) 6,2
  - (C) 5,6
  - (D) 5,8
  - (E) 5,4
- 
19. Suponha que o número de processos que chegam, por dia, a um tribunal de contas de determinada região, tenha distribuição de Poisson com média 4. A probabilidade de que, em um determinado dia, cheguem um ou dois processos é igual a
- (A) 0,124
  - (B) 0,216
  - (C) 0,108
  - (D) 0,185
  - (E) 0,350
- Dados:  
 $e^{-2} = 0,135$   
 $e^{-4} = 0,018$



20. Suponha que o tempo de vida da bateria de certo computador portátil possa ser considerado como uma variável aleatória  $X$ , tendo distribuição exponencial com média de 2 anos. Nessas condições a probabilidade de  $X$  assumir um valor entre 3 anos e 4 anos é igual a

- (A) 6,5%  
(B) 7,8%  
(C) 8,8%  
(D) 9,5%  
(E) 4,2%

Dados:  
 $e^{-1,5} = 0,223$   
 $e^{-2} = 0,135$

21. Suponha que o acréscimo anual de desmatamento numa certa região florestal, em hectares, no ano de 2013, tenha sido modelado pela variável contínua  $X$ , cuja função densidade de probabilidade é dada por:

$$f(x) = \begin{cases} \frac{x}{8}, & 0 < x < 2 \\ \frac{1}{3} - \frac{x}{24}, & 2 \leq x < 8 \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Nessas condições, a probabilidade de que, em 2013, a área desmatada dessa região florestal tenha sido um valor entre 3 e 6 hectares é igual a

- (A) 32,50%  
(B) 25,75%  
(C) 43,75%  
(D) 19,25%  
(E) 38,50%

22. Seja  $X$  uma variável aleatória contínua  $X$ , cuja função densidade de probabilidade é dada por:

$$f(x) = \begin{cases} \frac{x}{2}, & \text{se } 0 \leq x < 1 \\ \frac{1}{2}, & \text{se } 1 \leq x < 2,5 \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Nessas condições a mediana de  $X$  é igual a

- (A) 1,2  
(B) 2,0  
(C) 1,5  
(D) 1,75  
(E) 1,8

23. Em uma empresa, sabe-se que 20% das faturas de compra foram superestimadas. Um auditor selecionou aleatoriamente e com reposição 5 faturas de compra. A probabilidade de que exatamente 3 tenham sido superfaturadas é igual a

- (A) 5,54%  
(B) 6,20%  
(C) 2,56%  
(D) 5,12%  
(E) 10,24%



24. A função de distribuição acumulada da variável aleatória  $X$  é dada por:

$$F(x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x < 0 \\ 0,30, & \text{se } 0 \leq x < 2 \\ 0,60, & \text{se } 2 \leq x < 4 \\ 0,80, & \text{se } 4 \leq x < 5 \\ 1, & \text{se } x \geq 5 \end{cases}$$

Nessas condições o valor da variância de  $X$  é

- (A) 4,16
- (B) 9,40
- (C) 5,08
- (D) 3,12
- (E) 3,64

25. Seja  $X$  a variável aleatória que representa o tempo, em minutos, requerido para que funcionários de certa indústria realizem um determinado serviço. Sabe-se que  $X$  tem distribuição normal com média  $\mu$  e desvio padrão desconhecido. Com base numa amostra aleatória de  $X$  de tamanho 9, deseja-se testar a hipótese nula  $H_0: \mu = 14$  min versus a hipótese alternativa  $H_1: \mu > 14$  min. Sabe-se que a amostra forneceu os seguintes resultados:

$$\sum_{i=1}^9 x_i = 144 \text{ (min)} \quad \sum_{i=1}^9 x_i^2 = 2336 \text{ (min)}^2$$

Nessas condições, o valor observado da estatística apropriada ao teste, sob  $H_0$ , é igual a

- (A) 3
- (B) 1,5
- (C) 2
- (D) 2,5
- (E) 1,8

**Instruções:** Para resolver às questões de números 26 a 30, considere os dados a seguir: Se  $Z$  tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 1) = 0,841; \quad P(Z < 1,4) = 0,919; \quad P(Z < 1,6) = 0,945; \quad P(Z < 1,64) = 0,950;$$

$$P(Z < 1,75) = 0,96; \quad P(Z < 2,24) = 0,987; \quad P(Z < 2,33) = 0,99.$$

26. Com o objetivo de se estimar a idade média  $\mu$  dos candidatos concorrentes a um determinado curso de aperfeiçoamento, tomou-se uma amostra aleatória de 100 candidatos que concorreram a uma vaga na última seleção. Os resultados estão apresentados na tabela abaixo:

<b>X = faixa de idade em anos</b>	<b>Frequência Absoluta</b>
18 — 22	40
22 — 26	30
26 — 30	20
30 — 34	10

Considere:

- I. Para a estimativa pontual de  $\mu$  a média aritmética dos 100 salários apresentados, calculada considerando que todos os valores incluídos num intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo.
- II. A população de onde foi retirada a amostra é infinita e tem distribuição normal com variância igual a 4.

Nessas condições, os limites inferior e superior, em anos, do intervalo de confiança para  $\mu$  com coeficiente de confiança igual a 90%, baseado nessa amostra, são dados, respectivamente, por

- (A) 23,672 e 24,328
- (B) 23,608 e 24,392
- (C) 23,344 e 24,784
- (D) 23,670 e 24,330
- (E) 23,610 e 24,390





27. A tabela a seguir apresenta a distribuição de frequências do número de defeitos por peça, provenientes da inspeção de uma amostra aleatória, com reposição, de 1600 peças de certa produção industrial:

Número de defeitos por peça	Frequências absolutas
0	1280
1	200
2	100
3	20

Com base nessa amostra deseja-se estimar a proporção,  $p$ , de peças defeituosas de toda a população (produção industrial). Nessas condições o limite superior do intervalo de confiança para  $p$ , com confiança de 92%, é dado por

- (A) 22,50%
- (B) 21,75%
- (C) 21,50%
- (D) 22,75%
- (E) 20,85%

Atenção: O enunciado a seguir refere-se às questões de números 28 e 29.

Suponha que  $X$  é uma variável aleatória que tem distribuição normal com média  $\mu$  e variância 36. Suponha que  $\mu$  possa assumir apenas dois valores: 50 ou 48.

28. Suponha que  $\mu = 50$ . Nessas condições  $P(56 \leq X < 59,6)$  é igual a

- (A) 0,128
- (B) 0,104
- (C) 0,786
- (D) 0,308
- (E) 0,224

29. Suponha que se deseja testar a hipótese nula  $H_0: \mu = 50$  versus a hipótese alternativa  $H_1: \mu = 48$  com base numa amostra de tamanho  $n$ . O valor de  $n$  para que a probabilidade do erro do tipo I seja igual a 5,5% e a probabilidade do erro do tipo II seja 8,1% é dado por

- (A) 100
- (B) 64
- (C) 121
- (D) 81
- (E) 144

30. Um antropólogo está interessado em comparar as medidas do índice cefálico de duas populações de tribos indígenas A e B. Para isso tomou duas amostras aleatórias independentes, ambas de tamanho 16, de cada uma das tribos. A média amostral do índice cefálico da tribo A forneceu o valor de 75,2 e a da tribo B o valor 72,4.

Considere que:

- I. A variável valor do índice cefálico tem distribuição normal.
- II. A média populacional do índice cefálico da população A é  $\mu_A$  e o desvio padrão é 4. A média populacional do índice cefálico da população B é  $\mu_B$  e o desvio padrão é 3.

O antropólogo considerou realizar o teste de hipóteses  $H_0: \mu_A = \mu_B$  versus  $H_1: \mu_A > \mu_B$ .

Sendo  $Z$  a estatística apropriada ao teste e  $K$  o valor observado dessa estatística, sob  $H_0$ , baseado nas amostras, a probabilidade de  $Z$  ser maior do que  $K$  é igual a

- (A) 2,5%
- (B) 1,8%
- (C) 5,0%
- (D) 1,3%
- (E) 2,0%



31. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição
- (A) do respectivo ente público, do INSS em nome do Governo Federal, dos servidores ativos e inativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
  - (B) do respectivo ente público, do INSS em nome do Governo Federal, dos inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
  - (C) somente do ente público e dos servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, pois o INSS em nome do Governo Federal, os inativos e os pensionistas não podem recolher contribuições previdenciárias.
  - (D) do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
  - (E) somente do respectivo ente público e do INSS em nome do Governo Federal.
- 
32. É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. Esse texto se fez presente, primeiramente, na
- (A) Constituição Federal Brasileira, promulgada em 05/10/1988, por meio da EC 05/88.
  - (B) Lei nº 8.212/91 de 24/07/1991.
  - (C) Constituição Federal Brasileira por meio da EC 20/98 de 15/12/1998.
  - (D) EC 41/2003 de 19/12/2003.
  - (E) EC 47/2005 de 05/07/2005.
- 
33. O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário,
- (A) terá a opção de escolher a que ente federativo se vinculará.
  - (B) será vinculado, necessariamente, ao ente federativo para o qual está sendo cedido.
  - (C) permanecerá vinculado ao regime de origem.
  - (D) vincular-se-á ao ente federativo para o qual está sendo cedido, pelo período máximo igual ao do vínculo de seu regime de origem.
  - (E) promover-se-á a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social e a “hibernação” de seu vínculo até o seu retorno a sua origem.
- 
34. Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Entretanto, até que lei complementar federal discipline a matéria, o parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, veda a concessão de
- (A) aposentadoria compulsória.
  - (B) aposentadoria especial.
  - (C) aposentadoria por invalidez.
  - (D) pensão por morte.
  - (E) auxílio funeral, doença e reclusão.
- 
35. O ente federativo tem uma dívida com o instituto de previdência, por motivo de não recolhimento de contribuições previdenciárias, e ainda, o Plano de Benefícios de seus servidores se apresenta com um déficit atuarial. De acordo com a legislação, o ente NÃO poderá
- (A) utilizar seus imóveis para quitar a dívida e o restante para pagamento do déficit.
  - (B) utilizar o imóvel para amortizar o déficit e quitar a dívida com verbas orçamentárias especialmente direcionadas para tanto.
  - (C) utilizar verbas orçamentárias especialmente direcionadas para o pagamento da dívida pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias e do déficit atuarial.
  - (D) equacionar o pagamento da dívida do ente em até 240 parcelas mensais e a parte não recolhida dos servidores e inativos em até 60 parcelas mensais, caso essa dívida seja anterior ao ano de 2005.
  - (E) utilizar parte de recursos orçamentários especialmente para tanto, caso o imóvel não seja suficiente para amortizar o déficit.



36. Os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, criados pelos entes, respondem diretamente pela infração prevista em Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime repressivo, da
- (A) Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.
  - (B) Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.
  - (C) Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.
  - (D) Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.
  - (E) EC 20/98, de 15 de dezembro de 1988, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.
- 
37. Conforme a Lei Federal nº 10.887/2004 e alterações, no cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previsto no § 3º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a
- (A) oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 2000 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
  - (B) setenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
  - (C) sessenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
  - (D) oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
  - (E) setenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 2000 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- 
38. Conforme a Lei Federal nº 10.887/2004 e alterações, o servidor ocupante de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas na alínea a do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, no § 5º do art. 2º ou no § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e que opte por permanecer em atividade fará jus ao abono de permanência equivalente ao valor de
- (A) sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria por invalidez contidas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
  - (B) seu benefício previdenciário até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
  - (C) sua remuneração até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
  - (D) sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria por idade contidas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
  - (E) sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
- 
39. Conforme a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações, entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com
- I. os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder.
  - II. quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.
  - III. encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I, II e III.
  - (E) I e III, apenas.



40. A compensação financeira devida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, relativa ao primeiro mês de competência do benefício, será calculada com base
- (A) no valor resultante da multiplicação do benefício mensal pago pelo regime instituidor pelo percentual obtido sobre o tempo de serviço total do segurado correspondente ao tempo de contribuição no âmbito desse regime de origem.
  - (B) no valor do benefício pago pelo regime instituidor ou na renda mensal do benefício calculada como seria a renda mensal inicial daquele benefício segundo as normas do Regime Geral de Previdência Social, o que for menor.
  - (C) no valor resultante da multiplicação da última contribuição mensal pelo percentual obtido sobre o tempo de serviço total do segurado correspondente ao tempo de contribuição no âmbito desse regime de origem.
  - (D) na soma dos valores aportados pelo regime de origem.
  - (E) na Assinatura do Convênio do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com o MPAS.
- 
41. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, aos seus empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços é
- (A) vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês.
  - (B) dada pela aplicação da correspondente alíquota sobre o salário-de-contribuição mensal do empregado, de forma não cumulativa de acordo com tabela de contribuição divulgada no Diário Oficial.
  - (C) quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.
  - (D) quinze por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês.
  - (E) vinte por cento sobre o valor do faturamento e do lucro da empresa.
- 
42. Nos Planos de Benefícios da Previdência Social, o Salário de Benefício para as aposentadorias por tempo de contribuição consiste no valor
- (A) da média aritmética simples dos salários-de-contribuição dos últimos trinta e seis meses, do período contributivo.
  - (B) da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondente a oitenta por cento de todo período contributivo.
  - (C) da média aritmética simples dos salários-de-contribuição dos últimos trinta e seis meses do período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
  - (D) equivalente ao salário-mínimo.
  - (E) da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
- 
43. São benefícios que os RPPS poderão conceder se estiverem devidamente registrados na lei que rege o Plano do RPPS:
- (A) aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e compulsória, aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte, auxílio-doença, salário-família e salário-maternidade.
  - (B) aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria compulsória, sendo que a pensão por morte é um dever do ente federativo e não da entidade de previdência.
  - (C) aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e compulsória, aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte, sendo que o auxílio-doença, o salário-família e salário-maternidade, obrigatoriamente devem ser de responsabilidade do ente federativo.
  - (D) apenas a pensão morte, pois as aposentadorias são de responsabilidade do ente federativo.
  - (E) aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e idade e salário-maternidade, sendo que a aposentadoria por invalidez e auxílio-doença são benefícios que oferecem riscos de desequilíbrios, logo devem ser contratados com seguradora.
- 
44. Sobre a legislação de previdência dos RPPS, mais precisamente da portaria MPS nº 402, é correto afirmar:
- (A) Incidirá contribuição sobre o valor do abono de permanência instituído pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.
  - (B) A avaliação atuarial do RPPS deverá observar os parâmetros estabelecidos nas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS definidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.
  - (C) Incidirá contribuição sobre o valor dos benefícios recebidos pelos inativos e pensionistas, exatamente, na mesma alíquota adotada para os servidores ativos.
  - (D) Na concessão de benefícios, será observado, exatamente, o mesmo rol de dependentes previsto pelo Imposto de Renda.
  - (E) Ao RPPS deverá ser garantido o equilíbrio financeiro e atuarial em conformidade com a avaliação atuarial inicial e as reavaliações realizadas em cada exercício financeiro para a organização e revisão do plano de custeio e de benefícios.



45. A segregação da massa prevista na legislação equivale a
- (A) segregação dos segurados em grupos que usufruirão as aposentadorias programadas e aqueles que usufruirão os benefícios de risco.
  - (B) segregação dos servidores ativos e dos servidores inativos e pensionistas, e como o próprio nome indica em dois grupos distintos.
  - (C) identificação dos benefícios que terão seus custos suportados pelo ente federativo e os custos que serão repassados para a União por meio da compensação financeira.
  - (D) segregação dos benefícios que serão administrados por um instituto de previdência e aqueles que ficarão na folha do ente federativo, a exemplo da licença para tratamento de saúde.
  - (E) separação dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário.
- 
46. De acordo com o Art. 4º da Portaria MPAS nº 204/2008, NÃO se aplica à exigência de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP
- (A) a realização de transferências voluntárias de recursos pela União.
  - (B) a celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.
  - (C) a renovação de mandatos de conselheiros com observância de critério de proporcionalidade com processamento parcial a cada dois anos.
  - (D) a liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
  - (E) o pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
- 
47. De acordo com o Art. 5º da Portaria MPAS nº 204/2008, a SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências relativas aos RPPS. Para tanto, serão necessários encaminhar à SPS, conforme o Inciso XVI deste mesmo Artigo, os seguintes documentos:
- (A) Parecer do Atuário; Relatório Anual de Atividades e Demonstrações Atuariais – DA.
  - (B) Legislação completa referente ao regime de previdência social, o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA; Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR e Demonstrativos Contábeis, Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN e Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR.
  - (C) Parecer dos Auditores externos e Ata dos Órgãos Colegiados internos e Divergência Não Planejada – DNP.
  - (D) Balancete, Razão Contábil e Livro Diário Geral; Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA e DIPJ do ano imediatamente anterior.
  - (E) PERDCOMP; SPED Contábil e DIRF Pessoa Jurídica e DARF que comprovem o recolhimento do PIS, COFINS, IRRF, CSLL e INSS.
- 
48. De acordo com a Portaria MPS nº 509/2013, os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Nesse contexto, os RPPS deverão adotar as contas contábeis a estes aplicáveis especificadas conforme
- (A) o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP estendido até o 7º nível de classificação.
  - (B) o Plano de Contas Aplicado às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC (Instrução SPC nº 34 de 24/9/2009).
  - (C) os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários das EFPC, previstos na Resolução CGPC nº 04, de 30/1/2002.
  - (D) as competências e estrutura da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe.
  - (E) o Plano de Contas Contábil aplicado à Contabilidade do Setor Financeiro.
- 
49. A Portaria nº 746, de 27/12/2011 dispõe sobre a cobertura do déficit atuarial dos RPPS, na qual os aportes para as coberturas de Déficit Atuarial devem permanecer aplicados por um período mínimo de
- (A) 6 meses.
  - (B) 1 ano.
  - (C) 3 anos.
  - (D) 5 anos.
  - (E) 20 anos.



50. A Portaria nº 746, de 27/12/2011, dispõe sobre a cobertura do déficit atuarial dos RPPS, na qual os aportes para a cobertura de Déficit Atuarial devem permanecer controlados
- (A) com os recursos das Contribuições Normais, apenas.
  - (B) com os recursos das Contribuições das Despesas Administrativas, apenas.
  - (C) com os recursos das Contribuições Suplementares, apenas.
  - (D) separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para a qual foram instituídos.
  - (E) com os recursos da Compensação Previdenciária com o RGPS.
- 
51. A Resolução CMN nº 3.922/2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social, estabelece que em se tratando dos segmentos de aplicação e dos limites define que deverão ser aplicados até
- (A) oitenta por cento em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), no Segmento de Renda Fixa.
  - (B) vinte por cento em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.
  - (C) quarenta e nove por cento em cotas de fundos de investimento previdenciários classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, no Segmento de Renda Variável.
  - (D) dez por cento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto.
  - (E) oito por cento em aplicações no Segmento de Imóveis.
- 
52. Tendo em vista a Resolução CMN nº 3.922/2010, é VEDADO aos regimes próprios de previdência social aplicar
- (A) cem por cento dos recursos no Segmento de Renda Fixa.
  - (B) cinquenta por cento em títulos de emissão do Tesouro Nacional.
  - (C) no segmento de imóveis que serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.
  - (D) recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a 5% do respectivo patrimônio líquido.
  - (E) recursos nas operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.
- 
53. A Orientação Normativa MPS/SPS nº 01, de 30 de maio de 2012, estabelece orientações para cálculo e revisões dos benefícios de aposentadoria por invalidez e das pensões deles decorrentes. A respeito dos benefícios por invalidez permanente de servidor que tenha ingressado até 31/03/2003, concedidos conforme inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, o valor da pensão corresponderá à
- (A) média dos proventos do período de 12 meses anterior ao óbito, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 70% da parcela que ultrapassar este limite.
  - (B) média dos proventos do período de 12 meses anterior ao óbito, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 80% da parcela que ultrapassar este limite.
  - (C) totalidade dos proventos na data anterior ao óbito, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 70% da parcela que ultrapassar este limite.
  - (D) totalidade dos proventos na data anterior ao óbito, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 80% da parcela que ultrapassar este limite.
  - (E) média dos proventos do período de 36 meses anterior ao óbito, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 60% da parcela que ultrapassar este limite.
- 
54. Observada a Orientação Normativa MPS/SPS nº 02, de 31 de março de 2009, considere:
- I. O RPPS abrange, exclusivamente, o servidor público titular de cargo efetivo, o servidor inativo e seus dependentes.
  - II. A alíquota de contribuição dos segurados ativos ao RPPS, não poderá ser inferior à dos titulares em cargo efetivo da União.
  - III. Os recursos previdenciários do RPPS em extinção podem ser utilizados, entre outros, para quitação dos débitos com o RGPS.
  - IV. O servidor titular de cargo efetivo que completar as condições para aposentadoria, fará jus a um abono de permanência no valor de sua contribuição previdenciária.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e IV, apenas
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) II, III e IV, apenas.
  - (D) I, II, III e IV.
  - (E) III e IV, apenas.



55. De acordo com o Art. 3º da Portaria MPS 519/2011, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS, algumas obrigações além daquelas previstas na Resolução do CMN. Dentre elas, a Avaliação de desempenho das Aplicações deverá ser analisada, no mínimo
- (A) trimestralmente, com medidas em até 180 dias caso tenha performance insatisfatória e relatório, no mínimo, trimestralmente, com rentabilidade, riscos das operações das aplicações e aderência à política anual de investimentos.
  - (B) semestralmente, com medidas imediatas caso tenha correta performance insatisfatória e relatório, no mínimo trimestralmente, com rentabilidade, riscos das operações das aplicações e aderência à política anual de investimentos.
  - (C) semestralmente, com medidas imediatas caso tenha performance insatisfatória e relatório, no mínimo semestralmente, com rentabilidade, riscos das operações das aplicações e aderência à política anual de investimentos.
  - (D) semestralmente, com medidas em até 180 dias caso tenha performance insatisfatória e relatório, no mínimo trimestralmente, com rentabilidade, riscos das operações das aplicações e aderência à política anual de investimentos.
  - (E) anualmente, com medidas em até 180 dias caso tenha performance insatisfatória e relatório, no mínimo semestralmente, com rentabilidade, riscos das operações das aplicações e aderência à política anual de investimentos.

56. Considere a tabela de mortalidade abaixo, divulgada pelo IBGE, em 2012, ambos os sexos:

Idades Exatas (X)	Probabilidades de Morte entre Duas Idades Exatas Q (X, N) (Por Mil)	Óbitos D (X, N)	I (X)	L (X, N)	T(X)
70	25,692	1801	70109	69208	1023575
71	27,940	1909	68307	67353	954367
72	30,421	2020	66399	65389	887014
73	33,173	2136	64379	63311	821625
74	36,199	2253	62243	61117	758314
75	39,456	2367	59990	58807	697197

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS)

A expectativa de vida de uma pessoa, que hoje tem 73 anos, é de

- (A) 13,97
- (B) 12,76
- (C) 13,36
- (D) 12,18
- (E) 11,62

57. Considere a tabela de mortalidade abaixo:

X	$q_x$
0	0,0030
1	0,0008
2	0,0004
3	0,0003
4	0,0002
5	0,0001

A probabilidade de um recém-nascido completar 5 anos de idade é

- (A) 99,5306%
- (B) 99,8943%
- (C) 99,5717%
- (D) 99,5204%
- (E) 99,9900%

58. Considere a tabela abaixo.

X	$l_x$
20	99215,76
30	98326,42
40	97259,90
50	95345,41

A probabilidade de uma pessoa de idade 20 anos chegar viva daqui a 30 anos é

- (A) 96,0991%
- (B) 85,5734%
- (C) 99,9743%
- (D) 70,8999%
- (E) 89,1263%



59. Dado que  ${}_5p_{50} = 0,8$ ,  ${}_3p_{51} = 0,9$ ,  $l_{55} = 45.000$ ,  $l_{54} = 48.000$ , o valor de  $d_{50}$  é

- (A) 3.000
- (B) 2.974
- (C) 2.917
- (D) 2.929
- (E) 2.953

60. Considere:

Dados  $l_x = 986672,12299$ ;  $d_x = 600,88331$ ;  $p_x = 0,99939$

A Taxa Central de Mortalidade é

- (A) 0,00030
- (B) 0,00065
- (C) 0,00061
- (D) 0,00015
- (E) 0,00080

61. Qual expressão está correta:

- (A)  $d_x^{aa} = l_x^{aa} - l_{x+1}^{aa}$
- (B)  $C_x^{aa} = v * D_x^{aa} - D_{x+1}^{aa} - v^{x+1} * i_x$
- (C)  $i_x = l_x^{aa} * p_x^{ai}$
- (D)  $p_x^{ai} = (1 + p_x^i) / 2 * i_x$
- (E)  $d_x^{aa} = l_x^{aa} - l_{x+1}^{aa} + i_x$

62. Considere a tabela abaixo:

x	$l_x$	$w_x$	$p_x^{ai}$	$q_x^i$	$p_x^i$	$l_x^{aa}$	$l_x^{ii}$
18	990861,70818	0,00448	0,00396704	0,229	0,771	979940,9674	10920,7407
19	990371,23164	0,00441		0,217	0,783	978063,8755	12307,3561
20	989866,14231	0,00435	0,00390412	0,205	0,795	976384,2096	13481,9326

O espaço em branco deverá ser corretamente preenchido por

- (A) 0,003967563
- (B) 0,004005813
- (C) 0,003931515
- (D) 0,004000561
- (E) 0,003954218

63. A probabilidade de um ativo de idade x sobreviver em atividade neste estado indo se invalidar no decurso do ano e falecer neste estado,  ${}_nq_x^{ai}$  é dada pela expressão:

- (A)  $w_x * q_x^i / 2$
- (B)  ${}_nq_x^i + l_x / l_x^{aa} * ({}_nq_x - {}_nq_x^i) - {}_nq_x^{aa}$
- (C)  $w_x * [(1 + p_x^i)/2]$
- (D)  $l_{x0}^{ii} * p_x^i + l_{x0}^{aa} * p_{x0}^{ai}$
- (E)  ${}_nq_x^i + l_x / l_x^{aa} * ({}_nq_x + {}_nq_x^i)$





64. As Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos Programados representa
- (A) o saldo individualizado das contribuições do ente, apurado durante o período de capitalização, sendo seu valor calculado atuarialmente com base nas características dos participantes e premissas atuariais e financeiras adotadas.
  - (B) o saldo total dos participantes ativos, apurado durante o período de capitalização, sendo o valor calculado com base nas características da massa dos participantes e premissas atuariais e financeiras adotadas.
  - (C) as reservas matemáticas dos participantes assistidos/inativos referentes a aposentadoria, calculada atuarialmente com base nas características da massa dos participante assistidos/inativos e premissas atuariais e financeiras adotadas.
  - (D) a reserva matemática total dos participantes assistidos/inativos referente aos benefícios de risco com invalidez e morte calculada atuarialmente com base nas características da massa dos participantes assistidos/inativos e premissas atuariais e financeiras adotadas.
  - (E) a reserva matemática total dos participantes ativos referente aos benefícios de risco com invalidez e morte calculada atuarialmente com base nas características da massa dos participantes ativos e premissas atuariais e financeiras adotadas.
- 
65. Não podem ser utilizadas, por estarem desenquadradas nos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira que rege os Regimes Próprios da Previdência Social, as seguintes premissas atuariais e financeiras:
- (A) AT-49 e Juros de 6,5%
  - (B) AT-83 e Juros de 5,0%
  - (C) AT-83 e Juros de 4,0%
  - (D) AT-2000 e Juros de 5,0%
  - (E) AT-2000 e Juros de 3,0%
- 

66. Considere a seguinte tabela:

x	D <sub>x</sub>	N <sub>x</sub>
54	87.428	1.397.522
55	83.270	
56	79.279	
57	75.451	
58	71.779	
59	68.257	
60	64.881	
61	61.642	
62	58.532	
63	55.544	
64	52.669	
65	49.899	

Um homem de 54 anos deseja ter uma renda anual de R\$ 40.000,00, diferida em 2 anos, sendo paga de forma postecipada e por 4 anos. O valor que este homem precisa ter hoje para ter essa renda é

- (A) R\$ 128.274,00
  - (B) R\$ 134.679,00
  - (C) R\$ 134.861,00
  - (D) R\$ 141.595,00
  - (E) R\$ 141.730,00
- 
67. Para programar um benefício a um participante que atualmente tem 60 anos e que pretende receber uma renda daqui a 20 anos, enquanto viver, ou seja, no instante que completar os 80 anos de idade será necessário utilizar renda
- (A) imediata postecipada.
  - (B) temporária postecipada.
  - (C) vitalícia postecipada.
  - (D) vitalícia diferida e antecipada.
  - (E) vitalícia antecipada.



68. Uma pessoa contratou um plano de previdência que deverá pagar uma renda vitalícia, postecipada a partir dos 70 anos e têm como característica, enquanto viver, um aumento de R\$ 2.000,00 ao ano, cujo primeiro benefício inicia com o valor de R\$ 50.000,00 ao ano. O valor atual dos benefícios no momento da concessão é

- (A) R\$ 612.000,00  
(B) R\$ 708.000,00  
(C) R\$ 680.000,00  
(D) R\$ 728.000,00  
(E) R\$ 632.000,00

Dados:  
Comutação:  
 $D_{70} = 500$   
 $S_{70} = 50.000$   
 $S_{71} = 45.000$

69. O valor do Prêmio Anual (PA) a ser pago durante  $t$  anos para garantir uma renda anual vitalícia de invalidez, caso o empregado se invalide ( $R_x^{in}$ ), durante o período de contribuição, pode ser obtido pela expressão:

- (A)  $PA = R_x^{in} \times \frac{a_{x:n}^{ai}}{a_x^{aa}}$   
(B)  $PA = R_x^{in} \times \frac{a_x^{ai}}{a_x^{aa}}$   
(C)  $PA = R_x^{in} \times \frac{a_{x:t}^{ai}}{a_{x:t}^{aa}}$   
(D)  $PA = R_x^{in} \times \frac{n/a_x^{ai}}{a_{x+t:n-t}^{aa}}$   
(E)  $PA = R_x^{in} \times \frac{a_{x+t:n-t}^{aa}}{a_{x:n}^{ai}}$

70. O valor atual da uma renda em  $k$  sub-períodos, diferida e temporária pagável no final de cada sub-período, pode ser obtida utilizando-se a expressão:

- (A)  $\ddot{a}_x^{(K)} = \ddot{a}_x - \frac{K-1}{2K}$   
(B)  ${}_m/a_x^{(K)} = {}_m/a_x + \frac{K-1}{2K} \cdot {}_mE_x$   
(C)  $a_{x:\overline{n}|}^{(K)} = a_{x:\overline{n}|} + \frac{K-1}{2K} \cdot (1 - {}_mE_x)$   
(D)  ${}_m/a_{x:\overline{n}|}^{(K)} = {}_m/a_{x:\overline{n}|} + \frac{K-1}{2K} \cdot ({}_mE_x - {}_{m+n}E_x)$   
(E)  ${}_m/\ddot{a}_x^{(K)} = {}_m/\ddot{a}_x - \frac{K-1}{2K} \cdot {}_mE_x$

71. Graco tem hoje 30 anos e contratou uma apólice de seguro de vida com vigência de 30 anos, que, em caso de morte durante tal período, ocorrerá o pagamento de um pecúlio no valor de R\$ 1.000,00, crescente a cada ano, na mesma quantia (unidade).

Nesse caso, o valor do compromisso da seguradora é:

- (A) R\$ 75,00  
(B) R\$ 120,00  
(C) R\$ 2.520,00  
(D) R\$ 1.800,00  
(E) R\$ 200,00

Dados:  
Comutação:  
 $D_x = 25.000$   
 $R_x = 100.000$   
 $R_{x+n} = 35.000$   
 $M_{x+n} = 2.000$

72. A Reserva Matemática atuarialmente calculada de um aposentado que tem 60 anos de idade e que ganha mensalmente R\$ 1.000,00 de Benefício, sabendo que ele recebe 12 pagamentos por ano, sendo a tábua utilizada AT2000M suavizada em 10% e a taxa de juros é de 3% a.a. é:

- (A) R\$ 250.150,21  
(B) R\$ 223.122,12  
(C) R\$ 199.949,20  
(D) R\$ 178.171,20  
(E) R\$ 188.251,11

Dados:  
 $a_{60} = 16,2041$



73. Um Plano de Benefício tem 10 segurados sendo que cada um ganha mensalmente R\$ 1.200,00 de benefícios. Pelo método de Repartição Simples, o custo dos Benefícios a serem pagos no próximo ano, considerando 13 pagamentos anuais e sem considerar juros é
- (A) R\$ 155.000,00 de pagamentos no ano.
  - (B) R\$ 146.000,00 de pagamentos no ano.
  - (C) R\$ 150.000,00 de pagamentos no ano.
  - (D) R\$ 156.000,00 de pagamentos no ano.
  - (E) R\$ 158.000,00 de pagamentos no ano.
- 
74. Considere os seguintes dados:
- Aposentado A com 55 anos de idade, com um fator atuarial de 197,001, e benefício mensal de R\$ 500,00
  - Aposentado B com 58 anos de idade, com um fator atuarial de 186,440, e benefício mensal de R\$ 800,00
  - Aposentado C com 68 anos de idade, com um fator atuarial de 145,653, e benefício mensal de R\$ 1.100,00
- Pelo método de capitalização, a Provisão (ou Reserva) Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) dos aposentados A, B e C é
- (A) R\$ 407.870,80
  - (B) R\$ 400.700,70
  - (C) R\$ 415.870,00
  - (D) R\$ 410.710,10
  - (E) R\$ 447.480,80
- 
75. As Reservas Matemáticas são determinadas atuarialmente e representam um valor que equilibra as responsabilidades futuras do Plano de Benefícios Previdenciários em relação ao Participante. O cálculo leva em consideração as características individuais do Participante, tais como, idade e expectativa de vida, sexo, composição familiar, salário, dentre outras variáveis, e visa apurar a diferença entre os encargos do Plano de Benefícios e do Participante, avaliados pela mesma tábua de mortalidade e taxa de juros à mesma época. Nesse contexto, os principais métodos para apuração do cálculo das Reservas Matemáticas estão expressos em:
- (A) Métodos Biométrico, Financeiro e Prêmio Nivelado.
  - (B) Métodos de Hamza, Tabela Price e Orçamentário.
  - (C) Métodos Prospectivo, Retrospectivo e Recorrência.
  - (D) Métodos Construtivo, Aritmético e Crédito Unitário.
  - (E) Método de Capitalização, Capitais de Cobertura e Repartição Simples.
- 
76. No que se refere às Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, o compromisso do Plano em relação ao participante representa
- (A) o valor atual dos Salários de Contribuição futuros, relativos aos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.
  - (B) o valor atual dos benefícios futuros, correspondente aos Participantes e dependentes em gozo de benefício vitalício de prestação continuada. Consumida durante o período de percepção de benefícios.
  - (C) o valor futuro dos benefícios atuais correspondente aos Participantes Autopatrocinados e os optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.
  - (D) somente o valor das contribuições pessoais do Participante para custear os benefícios programados do Plano de Benefício Definido.
  - (E) a diferença entre os valores atuais dos benefícios futuros e das contribuições futuras do Plano, relativos aos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios, constituída durante o período Laboral.
- 
77. No que se refere às Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, o compromisso do Plano em relação ao participante, representa
- (A) a diferença entre os valores atuais dos benefícios futuros e das contribuições futuras do Plano, relativos aos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios vitalícios de prestação continuada. Constituída durante o período Laboral.
  - (B) o valor atual dos Salários de Contribuição futuros, relativos aos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.
  - (C) o valor futuro dos benefícios atuais correspondente aos Participantes Autopatrocinados e os optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.
  - (D) somente o valor das contribuições pessoais do Participante para custear os benefícios programados do Plano de Benefício Definido.
  - (E) o valor atual dos benefícios futuros, correspondente aos Participantes e dependentes em gozo de benefício. Consumida durante o período de percepção de benefícios.



78. Avaliação Atuarial de um plano de Benefícios Previdenciários consiste em confrontar os benefícios que o plano oferece ao participante, com os recursos para fazer frente a esses benefícios. Assim, a modalidade do plano determina o formato da avaliação. Considerando um Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, os procedimentos técnicos sequenciais para o processamento de uma Avaliação Atuarial completa, consistem em:
- (A) Definição das Tábuas Demográficas como base nas indicações por escrito do Patrocinador; Apuração do Custo do Plano por meio de processamento atuarial; Análise e consistência de dados e informações cadastrais dos Participantes, Assistidos e Dependentes e Geração do Relatório Anual de Atividades a ser disponibilizado no Sítio Eletrônico da Entidade.
  - (B) Identificação do benefício que o plano oferece ou promete para o participante (Benefício Futuro); Processamento dos Cálculos Atuariais, Definição das Hipóteses Atuariais e informação dos Resultados à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS por meio de formulários específicos.
  - (C) Definição do Plano Anual de Custeio; Processamento dos Cálculos Atuariais; Apuração do Saldo de Contas Individual e Patrocinado e Geração de Resultados e Documentos Oficiais à Receita Federal.
  - (D) Planejamento e definição de hipóteses por meio de estudos de aderência; Análise e consistência de dados e informações cadastrais dos Participantes, Assistidos e Dependentes; Processamento dos Cálculos Atuariais e Geração de Resultados e Documentos Oficiais ao Órgão de Supervisão e Fiscalização.
  - (E) Seleção somente dos Assistidos; Apuração da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos; Processamento dos Estudos de Aderência com base em experiências estatísticas e emissão da Demonstração Atuarial para remessa ao Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

79. Considere:

- Valor Atual dos Benefícios Futuros posicionado na data de ingresso no Plano: R\$ 165.606,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros no 14º ano de filiação ao Plano: R\$ 374.420,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras no 14º ano de filiação ao Plano: R\$ 121.513,00
- Valor Atual dos Salários Futuros na data de ingresso no Plano: R\$ 1.321.434,00
- Salário Mensal do Participante na data do ingresso no Plano: R\$ 8.000,00

Para a Avaliação Atuarial posicionada no instante “n” de um plano de benefícios Previdenciários, o custo mensal individual na data de ingresso do participante no Plano pelo método prospectivo em % do salário, bem como em moeda corrente (Reais); e a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – RMBaC no 14º ano de filiação ao Plano são, respectivamente:

- (A) Custo 19,13%, que corresponde a R\$ 1.531,11 do Salário na data do ingresso no Plano e uma Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 1.068.527,00 no 14º de filiação ao Plano.
- (B) Custo 12,53%, que corresponde a R\$ 1.002,40 do Salário na data do ingresso no Plano e uma Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 252.907,00 no 14º de filiação ao Plano.
- (C) Custo 28,33%, que corresponde a R\$ 2.266,75 do Salário na data do ingresso no Plano e uma Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 165.606,00 no 14º de filiação ao Plano.
- (D) Custo 12,53%, que corresponde a R\$ 1.531,11 do Salário na data do ingresso no Plano e uma Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 374.420,00 no 14º de filiação ao Plano.
- (E) Custo 67,55%, que corresponde a R\$ 5.403,70 do Salário na data do ingresso no Plano e uma Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 1.321.434,00 no 14º de filiação ao Plano.

80. A respeito das tábuas de mortalidade, considere os seguintes itens:

I.  $l_x$  representa o número de vivos para determinada idade x

II.  ${}_n p_x = \frac{l_{x+n}}{l_x}$

III.  $q_x = 1 - p_x$

IV.  $p_x = \frac{l_x}{l_{x+1}}$

V.  $d_x = l_{x+1} - l_x$

Sendo que  $d_x$  é o número de falecimentos de uma determinada idade x, está correto o que consta em

- (A) I, IV e V, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.



**Instruções:** Para responder às questões de números 81 a 83, considere a seguinte informação:

As contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS, que emite um parecer prévio. O julgamento dessas contas, todavia, cabe ao Poder Legislativo Municipal.

81. O TCE-RS emitiu parecer prévio desfavorável às contas de um Prefeito por falhas relativas à gestão fiscal e à aplicação de recursos nas áreas da educação e saúde. Esse parecer somente deixará de prevalecer por decisão de

- (A) 1/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (B) 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (C) 1/2 dos membros da Câmara Municipal.
- (D) 3/4 dos membros da Câmara Municipal.
- (E) 3/5 dos membros da Câmara Municipal.

82. Se a Câmara Municipal desse município julgasse as contas do Prefeito antes mesmo do TCE-RS emitir o parecer prévio conclusivo, este ato seria classificado como

- (A) sujeito à validação após a emissão do parecer prévio.
- (B) legal, condicionado à aprovação unânime pelos vereadores.
- (C) instrumento auxiliar aos trabalhos do TCE-RS.
- (D) legítimo, se o julgamento for favorável.
- (E) nulo, por expressa previsão legal.

83. Para que o TCE-RS possa exercer sua competência de emitir os pareceres prévios, com base nos trabalhos de fiscalização sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, os Chefes do Poder Executivo devem, de acordo com sua Lei Orgânica, obrigatoriamente, prestar contas até

- (A) 31 de março do exercício seguinte ao encerrado.
- (B) 31 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (C) 15 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (D) três meses após a publicação dos balanços.
- (E) seis meses após a publicação dos balanços.

84. O TCE-RS tomou ciência de ato que importou dano ao erário, ocorrido por omissão do administrador de uma autarquia municipal. Após impugnado, este ato estará sujeito à

- (A) avaliação mediante parecer prévio.
- (B) apreciação para fins de registro.
- (C) tomada de contas especial.
- (D) inspeção regular de auditoria.
- (E) auditoria de gestão.

85. Por meio de uma informação anônima endereçada a uma determinada Prefeitura, foi revelado um esquema fraudulento de licitações. O dever constitucional de comunicação dessa ilegalidade ao TCE-RS é do

- (A) assessor jurídico do Prefeito.
- (B) presidente da comissão de licitação.
- (C) responsável pelo controle interno.
- (D) responsável pelo controle externo.
- (E) Prefeito.

86. A Constituição Federal estabelece formas de atuação dos Tribunais de Contas: emissão de parecer prévio; apreciação para fins de registro; julgamento. É ato sujeito à apreciação para fins de registro pelo TCE-RS:

- (A) admissão de pessoal para cargo em comissão.
- (B) admissão de pessoal para cargo efetivo.
- (C) prestação de contas decorrente de subvenção social.
- (D) contratação de serviço mediante licitação.
- (E) melhoria que altere o fundamento do ato que concedeu aposentadoria.

87. A realização de auditoria de natureza contábil por parte do TCE-RS em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público pode ser feita por iniciativa

- (A) de partido político.
- (B) do Ministério Público.
- (C) do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (D) de Comissão Técnica ou de Inquérito.
- (E) do Supremo Tribunal Federal.

88. Os Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e os Ministros do Tribunal de Contas da União têm, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos

- (A) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Presidente do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

89. Na eventualidade de um Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-RS cometer um crime de responsabilidade, ele será processado e julgado, originariamente, pelo

- (A) Plenário do TCE-RS.
- (B) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

90. A competência para a criação, transferência de sede ou extinção de unidade de trabalho do TCE-RS é

- (A) da Corregedoria-Geral.
- (B) da Vice-Presidência.
- (C) da Presidência.
- (D) do Conselheiro.
- (E) do Tribunal Pleno.



<p>91. O TCE-RS pode ser dividido em Câmaras, que devem sempre ser presididas por um Conselheiro. Excepcionalmente, na sessão em que ocorrer hipótese de vacância de cargo, ausência, férias ou impedimento dos Conselheiros, a Câmara poderá ser presidida por Auditor Substituto de Conselheiro que estiver em substituição a Conselheiro. Essa Substituição será em caráter</p> <p>(A) precário.</p> <p>(B) eventual.</p> <p>(C) sigiloso.</p> <p>(D) meramente quantitativo.</p> <p>(E) definitivo.</p>	<p>95. Uma das formas do procurador da parte interessada intervir no processo do TCE-RS é mediante solicitação de sustentação oral perante o Tribunal Pleno ou as Câmaras. Uma vez concedida, o uso da palavra poderá ser feito pelo prazo de</p> <p>(A) 15 minutos.</p> <p>(B) 20 minutos.</p> <p>(C) 5 minutos.</p> <p>(D) 10 minutos.</p> <p>(E) 30 minutos.</p>
<p>92. São matérias afetas aos trabalhos do TCE-RS: expedir recomendações sobre programas de informatização do Tribunal; determinar a realização de inspeções especiais; relatar, no Tribunal Pleno, matérias de natureza administrativa. Esses atos são de competência, respectivamente, do</p> <p>(A) Presidente, Presidente e Corregedor-Geral.</p> <p>(B) Presidente, Vice-Presidente e Presidente.</p> <p>(C) Corregedor-Geral, Presidente e Vice-Presidente.</p> <p>(D) Corregedor-Geral, Presidente e Presidente.</p> <p>(E) Presidente, Corregedor-Geral e Vice-Presidente.</p>	<p>96. As sessões do TCE-RS podem ser ordinárias, extraordinárias, especiais ou administrativas. A emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e a posse de Conselheiro são atos que ocorrem, respectivamente, em sessões</p> <p>(A) extraordinária e especial.</p> <p>(B) extraordinária e extraordinária.</p> <p>(C) ordinária e administrativa.</p> <p>(D) especial e especial.</p> <p>(E) especial e ordinária.</p>
<p>93. É regra atinente ao Ministério Público junto ao TCE-RS:</p> <p>(A) Os Adjuntos de Procurador são nomeados pelo Governador do Estado e tomam posse junto ao Presidente do TCE-RS.</p> <p>(B) O Ministério Público junto ao TCE-RS será sempre ouvido no início da instrução.</p> <p>(C) O prazo para manifestação do Ministério Público será de 90 dias.</p> <p>(D) Iniciada a fase de votação, o membro do Ministério Público somente poderá usar a palavra para prestar esclarecimentos adicionais ou de equívocos ou dúvidas.</p> <p>(E) O Procurador será empossado em sessão extraordinária do Tribunal Pleno.</p>	<p>97. Faz parte do conteúdo mínimo dos relatórios e parecer prévio das contas do Governador a análise</p> <p>(A) dos contratos de concessão dos serviços públicos.</p> <p>(B) das admissões de pessoal por prazo determinado.</p> <p>(C) das concessões de subvenção, auxílios e contribuições.</p> <p>(D) da concessão de adiantamento de numerário para operações policiais de caráter reservado.</p> <p>(E) da dívida pública.</p>
<p>94. Os Auditores Substitutos de Conselheiros do TCE-RS</p> <p>(A) ocupam, na hierarquia do TCE-RS, posição imediatamente inferior a do Procurador.</p> <p>(B) deverão, na sua totalidade, estar presentes às sessões do Tribunal Pleno e, em número de dois, às das Câmaras.</p> <p>(C) terão as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça quando não estiverem no exercício da substituição.</p> <p>(D) substituirão um Conselheiro mediante rodízio e a convocação de um mesmo auditor substituto de conselheiro não ultrapassará 30 dias.</p> <p>(E) terão prazo de 30 dias para emitir parecer, se individual, e 60 dias, se coletivo.</p>	<p>98. O recurso de embargos</p> <p>(A) é cabível de decisão proferida pelo Tribunal Pleno.</p> <p>(B) tem efeito suspensivo em qualquer situação.</p> <p>(C) pode ser interposto uma única vez.</p> <p>(D) tem prazo de 15 dias para a interposição.</p> <p>(E) pode ser interposto apenas pela parte interessada ou terceiro prejudicado.</p> <p>99. Uma decisão do TCE-RS, já transitada em julgado, contive erro de cálculo. Nesse caso, é cabível a proposição de</p> <p>(A) agravo regimental.</p> <p>(B) revisão.</p> <p>(C) recurso ordinário.</p> <p>(D) embargos declaratórios.</p> <p>(E) reconsideração.</p> <p>100. O Regimento Interno do TCE-RS pode ser emendado mediante proposta de iniciativa</p> <p>(A) do Conselheiro.</p> <p>(B) do Ministério Público de Contas.</p> <p>(C) de Auditor Substituto de Conselheiro.</p> <p>(D) do corpo técnico.</p> <p>(E) do Diretor da Escola de Contas.</p>